

Apresentação

O conjunto de textos ora em suas mãos deriva, exceto um, de trabalhos finais de cursos de pós-graduação (Mestrado e Doutorado), quase todos desenvolvidos no âmbito da UFSC. Seus autores exercem a docência na UFSC ou na UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina.

Todos os textos examinam aspectos contemporâneos da política educacional catarinense, a partir de diferentes objetos e concepções teóricas. As análises privilegiam fatos das últimas décadas, a começar pelos anos 1960. Esses anos, política e profundamente marcados pelo afã do *arranco desenvolvimentista*, implicaram, dentre outras mudanças, na implantação da prática do planejamento no interior do aparelho governamental. Foi ao longo deles que surgiu, em Santa Catarina, o primeiro Plano Estadual de Educação, com determinações audaciosas e inéditas inclusive no âmbito nacional (como foi o caso da implantação do Sistema de Avaliação por Avanços Progressivos). O golpe militar de 1964, largamente apoiado pela oligarquia catarinense, ao amordçar as oposições e acentuar o exercício da coerção, possibilitou amplas condições para que os governantes e seus aliados concretizassem políticas favorecedoras do desenvolvimento do capital. Daí o extraordinário *boom* empresarial verificado em nosso Estado ao longo dos anos 60 e 70. Pode o mesmo ser afirmado em relação, por exemplo, às condições de funcionamento da escola básica pública?

A partir da década de 60 o processo de urbanização avançou em Santa Catarina. De uma população até então predominantemente rural passamos a contar com uma população marcada pelo predomínio do urbano. Tal processo, que teve a ver com o acentuado desenvolvimento econômico em curso, expressou a necessidade do letramento, do avançar da escolarização. Foi, então, ao longo desses anos que ocorreu grande ampliação da rede escolar catarinense, sobretudo a do nível básico, mas também a dos demais níveis, até por conta da necessidade, por exemplo, de se formar professores para o primeiro nível da escolarização. A UFSC e a UDESC surgiram no início dos anos 60; as demais instituições de ensino superior catarinenses (as Fundações Educacionais) fo-

8 • Marli Auras

ram criadas a partir da segunda metade dos anos 60 e, sobretudo, ao longo da década seguinte.

De modo geral, tal desenvolvimento em amplos setores do território catarinense promoveu a ampliação do leque de empregos, principalmente daqueles ligados à prestação de serviços. O surgimento de várias categorias profissionais, em processo de organização política, não obstante a presença da ditadura militar, possibilitou a irrupção forte e crescente de novos interlocutores históricos no campo da correlação de forças político-sociais. No final dos anos 70 eclodiu, por toda Santa Catarina, uma gama de movimentos sociais provenientes de segmentos populacionais subalternos. Tais segmentos vinham tecendo e organizando suas respectivas demandas coletivas nos desvãos do Estado autoritário. É o caso, por exemplo, do movimento dos professores da rede estadual de ensino. A Associação dos Licenciados de Santa Catarina – ALISC, cuja criação remonta aos anos 60, adquiriu força e consolidou-se como representação política do então crescente magistério catarinense, na luta incessante pela melhoria das condições salariais e de trabalho do professor da rede pública estadual. A primeira greve do magistério catarinense liderada pela ALISC ocorreu no final de 1980. Ao longo desta década, várias outras ocorrerão (a partir de 1988, sob a coordenação política do Sindicato dos Trabalhadores em Educação – SINTE, que sucedeu a ALISC). Foi nos anos 80 que ocorreu, em meio ao processo de distensão política do Estado autoritário, ampla participação dos educadores e demais interessados na elaboração do Plano Estadual de Educação 1985-1988, que culminou com a realização do Congresso Estadual de Educação, em Lages, em outubro de 1984, com a presença de mais de quinhentos delegados de todas as regiões catarinenses. Estes foram tempos profundamente marcados pela exigência, da parte dos movimentos sociais, da *participação* (direta ou mesmo indireta ou mediada) de seus pares na formulação das políticas governamentais, no sentido de democratizá-las, de comprometê-las com o público (no sentido de popular).

Vários estudiosos já procuraram debruçar-se sobre esses últimos tempos, tão peculiares e ricos em (im)posições políticas, em manifestações coletivas dos mais diferentes matizes, com realce para o avançar da presença, em organização, de amplos e distintos segmentos subalternos. Tal período continua, pela sua densidade e complexidade, em aberto, a desafiar a realização de mais estudos e pesquisas possibilitadores

do aprofundamento de nossa compreensão sobre a realidade que nos cerca e que nos constitui, uma vez que somos produto das circunstâncias e, ao mesmo tempo, os produtores dessas mesmas circunstâncias.

No presente número temático da Revista **Perspectiva** o leitor encontrará vários artigos que, com diferentes enfoques teóricos, lhe possibilitarão ampliar seu conhecimento acerca de aspectos relevantes da política educacional catarinense a partir da década de 60. Os títulos dos artigos são fortemente indicativos desse tempo histórico, bem como do referido campo temático. Pela ordem, o leitor tem à sua disposição os seguintes escritos: *Política de modernização econômica e formação do professor das séries iniciais em Santa Catarina*, de Gladys Mary Teive Auras; *Sistema de Avanços Progressivos: a política educacional dos anos 70/80 em Santa Catarina*, de Zenir Maria Koch; *A democratização da educação em Santa Catarina: um outro estilo de diagnóstico – Documento síntese*, de Marli Auras et alii; *O movimento dos professores da rede pública estadual de Santa Catarina e sua luta pela participação*, de Maria das Dores Daros; *Conselho Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina: exercício do poder e legitimidade*, de Ione Ribeiro Valle e *Professor ACT: descartável ou imprescindível?*, de Ana Maria Borges.

Esperamos que esta **Perspectiva** preencha, substantivamente, alguma lacuna do grande vazio de literatura acerca da educação catarinense – não obstante contarmos com vários cursos de licenciatura, especialmente de Pedagogia, além da habilitação Magistério em nível de 2º grau, espalhados por toda Santa Catarina – e, assim, auxilie no sentido de ampliar a luta pela melhoria da escola pública, em todos os níveis.

Marli Auras

Organizadora

Florianópolis, junho de 1996.